

Convênio: Fundação Economia de Campinas - FECAMP e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
Termo de Referência: Reforma Trabalhista e Políticas Públicas para Micro e Pequenas Empresas



Texto para discussão (10)

Experiências de políticas para as MPME na América Latina

Campinas, dezembro de 2004

Apresentação

O presente *Texto para Discussão* tem por objetivo apresentar experiências nacionais na América Latina relativas as políticas dirigidas para as MPME (micro, pequenas e médias empresas), particularmente na área do trabalho, considerando o debate sobre a elaboração dessas políticas para as MPME no Brasil¹. O trabalho apresenta duas experiências nacionais relevantes no cenário latino americano: Argentina e México. Dentro das possibilidades de um trabalho sintético, procura-se fornecer uma visão abrangente das políticas nacionais em favor das MPME, tendo em vista os problemas e as questões a serem enfrentadas no Brasil no âmbito das políticas para MPME.

Nesse sentido, ao tratar das duas experiências nacionais, parte-se de uma síntese das condições econômicas e do mercado de trabalho nesses países, tendo em vista seus reflexos sobre as MPME, para em seguida, tratar das políticas implementadas para o segmento nos dois países.

México

No México, as MPME representam 99,7% da estrutura empresarial e geram 64% do emprego total. Nesse universo é grande o peso das microempresas (até 10 empregados). De acordo com o Censo Econômico de 1999, as microempresas representavam 95,7% do total das empresas mexicanas no final dos anos 90². A classificação das MPME mexicanas segue critérios relativos ao número de trabalhadores nos diferentes setores de atividade.

México – Classificação das empresas por tamanho

Indústria			Comércio			Serviços		
Micro	Pequena	Média	Micro	Pequena	Média	Micro	Pequena	Média
0 – 10	11 – 50	51 – 250	0 – 10	11 – 30	31 – 100	0 - 10	11 - 50	51 - 100

Fonte: Diário Oficial da Federação (DOF), 30/12/2002.

¹ Esse trabalho está articulado ao esforço de sistematização das tendências internacionais para políticas em favor das MPME inscrito em SEBRAE/CESIT/UNICAMP. *Políticas em favor das MPME na visão dos organismos internacionais*. Texto para Discussão 08, Convênio SEBRAE/FECAMP, Campinas, dezembro de 2004 e em SEBRAE/CESIT/UNICAMP. *Experiências nacionais de políticas para as MPME em países avançados*. Texto para Discussão 09, Convênio SEBRAE/FECAMP, Campinas, dezembro de 2004

² OECD *Small and Medium Enterprise Outlook*, 2002 e Censo Econômico, 1999.

Alguns problemas comuns a outras experiências nacionais, são associados às MPME mexicanas, como a baixa qualidade dos empregos gerados no segmento, a baixa competitividade internacional, dificuldades no acesso a informações e financiamento adequado e escassa utilização de tecnologias de informação³.

Políticas macroeconômicas, mercado de trabalho e impacto sobre as MPME

Num plano geral, a economia mexicana tem experimentado, em especial nas duas últimas décadas, a adoção de uma série de medidas sobre a estrutura produtiva como um todo, incluindo cortes no orçamento público, privatizações, desregulação, crescente abertura econômica e liberalização financeira. As políticas de ajustamento levadas a cabo provocaram o aprofundamento da dependência do setor externo, em termos de comércio internacional e de inversões estrangeiras. Em 1994, o México passou a fazer parte do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o que selou uma via drástica de abertura e liberalização.

Em que pese o impacto sobre a produção como um todo, as medidas afetaram com particular intensidade o segmento das MPME que, tradicionalmente voltadas ao mercado interno, viram-se imersas em uma profunda crise. As MPME mexicanas, dedicadas em geral à produção de bens de consumo de baixa qualidade e preço, passaram a enfrentar uma forte concorrência, no contexto da abertura comercial, em particular com o ingresso no mercado interno de produtos provenientes do sudeste asiático. Boa parte das MPME mexicanas teve dificuldade de adaptar-se às novas condições. A abertura comercial rompeu elos da cadeia produtiva nacional e gerou nas MPME, situações típicas como falência, diante da impossibilidade de competir; no caso das mais “atrativas”, fusão com companhias estrangeiras e conversão em representantes ou distribuidoras das companhias estrangeiras⁴.

As mudanças operadas significaram uma tal transformação do contexto no qual se moviam, até então, essas pequenas unidades, que suas velhas práticas produtivas revelaram-se defasadas e obsoletas frente ao novo entorno econômico. Porém, com a dificuldade do segmento em atingir graus mais elevados de modernização, de inovação

³ Estudos recentes apontam que apenas 28% das microempresas mexicanas contam com pelo menos um microcomputador. Dessas, somente 33% possuem microcomputadores com conexão à Internet RODRIGUEZ, Juan A. V. *Las tecnologías de información en las pequeñas y medianas empresas (PYME's)*. Mexico, 2003.

⁴ ROSAS, María Cristina. La política comercial de México. In *Comercio y Desarrollo* n° 66, set/dez 2002 (disponível em <http://www.sela.org>).

tecnológica e de inserção em mercados internacionais, as MPME mexicanas voltaram-se à necessidade de sobreviver adotando outras estratégias para adequar-se ao novo cenário.

As dificuldades dos microempreendedores - por falta de recursos, de apoios institucionais e, em muitos casos, por falta de conhecimento - em buscar estratégias competitivas com base na inovação, na melhora da qualidade, na qualificação do trabalho e em novas formas de organização do processo produtivo, os têm levado a centrar mais esforços na tentativa de reduzir o custo do trabalho, variável de ajuste que leva à precarização das condições laborais. Assim, no México, as mudanças operadas no cenário macroeconômico resultam tão críticas para os pequenos produtores como para seus trabalhadores.

É importante salientar que, à exceção do que ocorreu na América Latina em geral, no México a legislação trabalhista não foi alterada nos últimos anos. Porém, na prática, por meio da negociação coletiva, em especial nas zonas maquiladoras - ao norte próximo a fronteira com os EUA - e em novas atividades, as regras levaram a alterações no sentido da flexibilização⁵.

Outra característica mexicana nos últimos anos foi o crescimento do setor informal. O emprego no setor informal urbano aumentou muito na década de 1990⁶ e associado a esse movimento, cresceu a proporção de pequenos empregadores na População Economicamente Ativa (PEA), que passou de 3,3% em 1990 para 4,5% em 1997⁷. Isso ocorre porque, nos últimos anos, em consequência da elevação do desemprego, tem havido uma clara tendência à ampliação dos micro e pequenos negócios e dos autoempregos, em especial como estratégia de sobrevivência daqueles que perdem seus postos de trabalho⁸.

Com dados sobre os estabelecimentos manufatureiros, na década de 1990 houve no México uma redução na participação de grandes, médios e pequenos estabelecimentos e do pessoal ocupado nesses segmentos. Entretanto, no mesmo período, as microempresas

⁵ BRONSTEIN, A. S., Reforma laboral en América Latina, entre garantismo y flexibilidad, *Revista Internacional del Trabajo*, vol.116, n.1, 1997.

⁶ BENSUSÁN, Graciela. *El impacto de la reestructuración neoliberal: comparación de las estrategias sindicales en Argentina, Brasil, México, Canadá y Estados Unidos*. Lab. 02, LASA 2000.

⁷ CACCIAMALLI, M.C. *A informalidade na América Latina contemporânea: Argentina, Brasil e México*. III Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, Buenos Aires, Argentina, 2000.

⁸ Na cidade do México, o conjunto da força de trabalho ocupada em microempresas expandiu-se de 42 para 46% entre os anos 90 e 98. “Estos datos indican que una parte creciente de los capitalinos recurre propiamente a los micronegocios, ya sea como un medio de sobrevivencia, como una salida frente a la contracción del sector público, como parte de la reestructuración productiva de los establecimientos privados mayores, o como una respuesta a los muy deteriorados niveles salariales vigentes” (García, B. e Oliveira, O. Transformaciones recientes en los mercados de trabajo metropolitanos de México: 1990-1998. Colégio de México, 2000).

criaram muito em participação no total de estabelecimentos, assim como no pessoal ocupado e na produção bruta total. Ao mesmo tempo, mostrou-se regra geral, no período, uma redução da remuneração por trabalhador ocupado. Nesse contexto, é no segmento das micro e pequenas empresas que se verifica uma diminuição mais acentuada da remuneração⁹.

Quadro I

**Participação % das empresas manufatureiras, por tamanho, no total de estabelecimentos, total de pessoal ocupado, produção bruta manufatureira total e remunerações totais por pessoal ocupado
México - 1988 e 1998**

Tamanho	% estabelecimentos		% pessoal ocupado		% produção bruta		Remunerações totais por pessoal ocupado*	
	1988	1998	1988	1998	1988	1998	1988	1998
Grandes	1,5	0,9	50,4	48,3	68,1	70,3	28,5	25,7
Médios	1,9	1,1	18,7	14,1	14,2	13,3	31,2	19,3
Pequenos	9,7	5,4	19,8	16,8	13,3	11,5	38,5	14,9
Micros	86,9	92,6	14,1	20,8	4,4	4,9	10,3	4,5

Fonte: INEGI e Censos Econômicos (1989/1999), apud TOLEDO (2003)¹⁰.

(*) Base: 1994.

Também o governo mexicano tem estimulado formalmente, através de uma série de medidas implementadas nos últimos anos, a criação de pequenos empreendimentos na tentativa de enfrentar o desemprego. As principais ações do governo consistem na implementação de programas oficiais que dizem respeito à concessão de empréstimos e estímulos fiscais para aqueles que têm interesse em operar pequenos negócios, a fim de que possam produzir seu sustento e/ou gerar novas ocupações¹¹. Incluem a construção de um sistema chamado “Banca Social”, coordenado pela Secretaria de Economia, composto por distintas instituições orientadas a facilitar recursos para o financiamento dos pequenos negócios e do autoemprego através do microcrédito.

Porém, é importante salientar que, entre dezembro de 2000 e dezembro de 2002, por exemplo, ao passo que os estabelecimentos que empregam entre 1 e 5 trabalhadores geraram cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho, os empregos formalmente registrados

⁹ Censos Económicos (1989/1999); INEGI e TOLEDO, Enrique de Garza. *NAFTA, Reestructuración Productiva y Relaciones Laborales en México*. XXIV LASA Congress, Dallas, Texas, 2003.

¹⁰ TOLEDO, Enrique de Garza. *NAFTA, Reestructuración Productiva y Relaciones Laborales en México*. XXIV LASA Congress, Dallas, Texas, 2003.

¹¹ Em 2003, existiam no país cerca de 10 milhões de pessoas envolvidas em autoempregos ou pequenos negócios. Segundo a Secretaria de Trabalho e Previdência Social (STPS), somente nos dois primeiros anos do governo Fox surgiram 1,5 milhão de novos postos de trabalho nesses segmentos.

diminuíram em mais de 717 mil. Há uma polarização importante entre os trabalhadores dos grandes e médios estabelecimentos e os das micro e pequenas unidades de produção. Os primeiros apresentam condições melhores em termos de níveis salariais, condições de trabalho e estabilidade no emprego, ao passo que a grande maioria dos trabalhadores nos micro e pequenos negócios estão sob um contrato de trabalho verbal ou temporário e possuem uma remuneração inferior¹².

Vejamos a seguir quais as principais políticas públicas voltadas para o segmento das MPME no México.

Políticas públicas voltadas às MPME no México

Embora, há pelo menos 40 anos, observam-se iniciativas pontuais de fomento às MPME mexicanas, a partir da década de 1980 passa-se a implementar um programa mais integral de apoio. A evolução das iniciativas incluiu medidas como: a) Fundo de Garantia à Pequena e Média Indústria (FOGAIN), que iniciou em 1950 e foi complementado, a partir dos anos 70, pelo Programa de Apoio à Pequena e Média Indústria (PAI), com instrumentos fiscais e financeiros; b) Direção Geral da Indústria Pequena e Média (PAID), de 1978; c) Programa Nacional de Financiamento do Comércio Exterior (PRONAFICE) e Programa para o Desenvolvimento Integral da Pequena e Média Indústria (PRODIMP), da década de 80, incluindo créditos preferenciais, estímulos fiscais, apoio tecnológico, abastecimento de insumos, desenvolvimento empresarial; d) Lei de Fomento à Microindústria, de 1988; e) Programa para a Modernização e Desenvolvimento da Indústria PME (1991-1994); f) Programa Nacional de Modernização Industrial e do Comércio Exterior¹³.

Em 2000, o governo mexicano criou a Subsecretaria para a Pequena e Média Empresa, vinculada à Secretaria de Economia, para ser a instituição encarregada de coordenar e implementar as políticas em relação às MPME, com o objetivo de promover uma maior competitividade ao segmento. A partir de então, foram impulsionados alguns programas de apoio, financiados por fundos como o FAMPYME (Fundo de Apoio à MPME) e o FIDECAP (Fundo de Fomento à Integração de Cadeias Produtivas). Esses fundos atuam, com recursos provenientes de impostos, no sentido de elevar a

¹² García, B. e Oliveira, O. Transformaciones recientes en los mercados de trabajo metropolitanos de México: 1990-1998. Colégio de México, 2000.

¹³ Yáñez, R.C. *Importancia de las pequeñas y medianas empresas en el desarrollo económico regional*. XX International Congress of LASA. Guadalajara, México, 1997.

competitividade através da capacitação e da maior integração das cadeias produtivas. Entre 2002 e 2003 também foram criados o FOAFI - fundo que facilita o financiamento das MPME através do fortalecimento de fundos de garantia e intermediários financeiros não bancários – e o FACOE, que objetiva incrementar a atividade exportadora das PME. Em 2002, foi promulgada ainda a Lei para o Desenvolvimento da Competitividade da MPE¹⁴.

Atualmente, outros programas voltados às MPME no México podem ser destacados:

a) Integração via internet: feita através do Portal Contato PME, orientado para difundir informação empresarial através da internet, promover negócios e divulgar os programas da Secretaria de Economia.

b) Centros de Competitividade: compõem a Rede CETRO-CRECE de Centros Regionais para a Competitividade Empresarial, colocados em todos os Estados, oferecendo às PME serviços de consultoria, capacitação, análise financeira, estudos de viabilidade técnica, setoriais e de mercado.

c) Programas de Qualificação: o Programa ISO 9000 presta consultoria e assistência para implementar sistemas de qualidade, oferecendo cursos e recomendando algumas empresas como aptas a receber financiamento para implementação de sistemas de qualidade.

d) Sistema de informações sobre tecnologia: funciona através do SISTEC, um Sistema de Informação de Serviços Tecnológicos via internet que vincula as MPE aos centros de pesquisa aplicada e desenvolvimento de tecnologia e empresas de consultoria do país, para orientação em relação à mudanças tecnológicas.

e) Promoção da capacitação: via PROMODE, programa com instrumentos de apoio e promoção da competitividade através da capacitação, do remodelamento dos estabelecimentos e do estímulo aos novos negócios (formação e incubação)¹⁵.

O objetivo das políticas públicas de sustentação às MPME é obter um segmento integrado e competitivo doméstica e internacionalmente, associado a um desenvolvimento regional equilibrado. As principais medidas adotadas colocam-se no sentido da desburocratização e da simplificação de procedimentos, agilizando regulamentos e diminuindo tempos de resposta administrativos¹⁶. Além disso, as políticas e os

¹⁴ Plano Nacional de Desenvolvimento (2001-2006). Ministério da Economia.

¹⁵ OECD. *Small and Medium Enterprise Outlook*, 2002.

¹⁶ Segundo a OCDE, nove ministérios removeram ou melhoraram cerca de 50% das formalidades empresariais obrigatórias, nos últimos anos.

instrumentos se direcionam à inovação tecnológica, acesso ao financiamento, desenvolvimento de recursos humanos e a provisão de serviços de consultoria, em especial no sentido da adoção de tecnologias para ampliar a competitividade do segmento.

Em que pese a tentativa de maior coordenação institucional dos últimos anos entre os diferentes organismos de atuação sobre as MPME, isso parece ainda estar longe de ser uma realidade no México. A análise das diversas instituições, programas e projetos revela uma sobreposição de funções e de instrumentos¹⁷, sem que isso sirva de fato para melhorar a perspectiva de atendimento às demandas dos envolvidos em micro e pequenos empreendimentos e minimizar sua fragilidade diante de uma situação concorrencial desfavorável. Além disso, não tem conseguido caminhar no sentido de melhorar a qualidade do emprego gerado no segmento.

Argentina

Na Argentina, as micro, pequenas e médias empresas (MPME) constituem 99% do total de estabelecimentos. Ocupam mais de 60% da PEA, participando em cerca de metade do produto nacional¹⁸. Nos últimos anos, houve um crescimento do emprego assalariado nas MPME – sobretudo nos microempreendimentos - superior ao volume de mão-de-obra absorvido pelas empresas de maior tamanho. Entretanto, esse aumento observado no número de assalariados indica, concomitantemente, uma ampliação na proporção de trabalhadores sem contrato, uma modalidade que envolve menores salários e reduzidos direitos.

O que pode ser detectado, para o caso argentino, é que as principais dificuldades enfrentadas pelos envolvidos em micro e pequenos empreendimentos são: a) no caso dos trabalhadores, a informalidade nos contratos de trabalho, acompanhada por baixos salários, benefícios e direitos; e b) sob o ponto de vista dos empreendedores, problemas de gestão, de informação, de financiamento, de desenvolvimento tecnológico e de competitividade das empresas, acompanhados de um reduzido nível de investimentos, baixa inserção externa e escassa integração entre os elos da cadeia produtiva nacional.

¹⁷ Angelelli, P, Guaipatín, C e Suaznabar, C. *La colaboración público-privada en el apoyo a la pequeña empresa: siete estudios de caso en América Latina*. Informe de Trabajo – BID. Washington, 2004.

¹⁸ Zevallos, E. Micro, pequeñas y medianas empresas en América Latina. In *Revista de la CEPAL*, nº 79, Abril 2003. O conceito de MPME na Argentina refere-se às empresas que tenham até 40 trabalhadores e com um faturamento anual inferior ao prescrito pelo artigo 104 da lei nacional 24.467/95, modificada pelas leis 25.013 (reforma trabalhista) e 25.300 (Lei das MPME).

Recente pesquisa feita com 337 micro e pequenos empreendimentos argentinos¹⁹ revela que os principais problemas apontados pelos empresários em MPME não se referem ao mercado de trabalho, mas a condicionantes macroeconômicos (estagnação econômica, juros, abertura, infraestrutura sucateada) que limitam o acesso ao financiamento e dificultam as condições de competitividade²⁰.

Condições macroeconômicas, mercado de trabalho e repercussões nas MPME

Por conta da crise econômica do início dos anos 2000, a Argentina transformou-se em símbolo das dificuldades econômicas e da intensa crise social pela qual a América Latina passa a décadas. Todavia, a Argentina distinguia-se dos demais países latino-americanos até o final da década de 1970, por possuir um mercado de trabalho mais estruturado, com maior assalariamento, maior grau de escolaridade entre os trabalhadores e relações de trabalho mais democráticas e protetoras do trabalho. A política social assegurava direitos de caráter universal, ainda que, em grande parte, associados à inserção no mercado de trabalho, com cobertura social à força de trabalho assalariada e seus dependentes, financiada pelos segurados e pelos empregadores. Muitos desses elementos vêm sendo paulatinamente desconstituídos nas últimas décadas, nas quais se observa maior focalização nas políticas públicas, desregulação e desestruturação do mercado de trabalho.

A partir de meados de 1979, a economia argentina passou a registrar sucessivas crises, primeiramente pelo esgotamento do modelo de substituição de importações e, a seguir, pelo avanço das reformas liberais. A combinação de crise de endividamento externo e abertura econômica levaram, ao longo dos anos 80, a um período turbulento, com baixo crescimento em meio a um ambiente inflacionário.

Nos anos 90, as alterações macroeconômicas que envolveram a dolarização da economia, o aumento do investimento direto estrangeiro e a reestruturação industrial lograram, inicialmente, um crescimento do PIB da indústria. Observou-se, ao mesmo tempo, uma busca pelo incremento da produtividade e pela redução de custos médios, através de reorganização produtiva e de importações²¹. Com isso, o crescimento do produto

¹⁹ Angelelli, P. et all. *Algunos rasgos del mercado de servicios de consultoría y capacitación para Pymes en Argentina. Principales restricciones para desarrollar las capacidades competitivas de las firmas*. Disponível em www.lanic.utexas.edu/pyme/esp/publicaciones/biblioteca/pdf/angelelli.pdf.

²⁰ Em sua maioria, os empresários em MPME argentinos apontam que o funcionamento do sistema financeiro privado e público, com elevadas exigências pelos bancos em termos de prazos e garantias, dificulta o acesso ao financiamento. Muitos criticam a elevação do preço relativo dos serviços de infraestrutura privatizados (viária, energética, de comunicações), bem como a falta de políticas e instrumentos públicos para o controle das importações a partir da abertura econômica.

²¹ As grandes empresas substituíram insumos, partes, peças e bens finais de produção nacional por importados. Ao mesmo tempo, passaram a subcontratar serviços, terceirizando desde parte do processo

industrial foi acompanhado, neste período, pelo aumento do desemprego e da precariedade. É importante dizer que a forma que assumiu a reestruturação industrial, com um significativo incremento nas importações, impactou, em geral, de forma negativa sobre as MPME²², levando a uma importante redução no número de estabelecimentos e no montante de postos de trabalho gerados nas micro e pequenas empresas, muitas delas anteriormente provedoras das empresas de maior porte. A maior concorrência internacional, expressa pela ampliação da oferta de importados e pelo Mercosul, conduziu o segmento das MPME à maior incerteza.

No tocante ao mercado de trabalho, a insegurança macroeconômica na Argentina das últimas décadas – em especial a partir da abertura da economia e da acelerada privatização de empresas públicas - trouxe à tona uma formulação de políticas que envolvessem uma maior flexibilidade institucional, adaptada ao processo geral de desregulação. Supostamente, a menor rigidez contratual poderia levar à contenção dos trabalhos mal remunerados e precários, típicos da informalidade. Assim, ao passo que, durante os anos 80, o enfrentamento dos distintos atores políticos e sociais levou a uma formulação errática para as relações de trabalho, ao longo da década de 90 passaram a ser processadas sucessivas modificações nesse campo, de um mesmo teor – de diminuição da proteção ao trabalho - justificadas como um intuito de diminuir o desemprego, de ampliar a formalidade e de adaptar-se às exigências de competitividade internacional.

O que se observa é que as reformas processadas foram de cunho liberalizante, orientadas, em maior grau, a ajustar de forma flexível e pouco custosa as dimensões das plantas produtivas às variações macroeconômicas. Procuraram caminhar, portanto, no sentido de facilitar a contratação e a subcontratação de trabalhadores por tempo determinado, bem como a dispensa dos trabalhadores considerados “supérfluos”. As mudanças envolveram a liberação do pagamento de obrigações sociais e a ampliação das justificativas para dispensa de trabalhadores, reduzindo o montante de indenizações com tal procedimento.

produtivo - particularmente a relacionada aos controles de procedimentos e de qualidade – a serviços como contabilidade, transporte, limpeza e vigilância. Essa transformação envolveu a destruição de postos de trabalho formalmente vinculados às empresas e a passagem para vínculos mais precários e menores remunerações (ESQUIVEL, V. *La flexibilización laboral en tiempos de reestructuración económica. Un estudio sobre las estrategias de flexibilización laboral en firmas grandes del sector industrial*. En: Estudios del Trabajo nº 14, ASET, 1997).

²² O Regime de Especialização Industrial outorgou facilidades às importações compensadas com novas exportações, sem incluir as MPME e prever suas condições específicas, relativamente desvantajosas no tocante ao acesso ao financiamento.

Nas suas diferentes fases, a reforma trabalhista argentina processou-se através de uma série de medidas, que incluíram, dentre outras: a) introdução dos contratos temporários, do período de experiência (“prova”), do contrato por tempo parcial e do contrato de aprendiz; b) redução dos montantes de indenização por dispensa, em especial aos trabalhadores com menos de dez anos na empresa; c) eliminação da integração do aviso-prévio aos contratos; d) restrição da concessão de indenizações por acidentes de trabalho; e) estabelecimento de critérios de produtividade nas negociações de aumentos salariais, desindexando os rendimentos; f) redução dos encargos sociais pagos pelos empregadores; g) nova lei de falências, que libera a empresa de dívidas trabalhistas em determinadas situações e retira a condição preferencial do crédito trabalhista; h) reforma da previdência, instituindo a possibilidade de captação individual (focalizando a previdência pública aos trabalhadores de menor renda) e diminuindo a contribuição patronal; i) descentralização das negociações coletivas, que passaram a ser estimuladas em âmbito de empresa²³ e local de trabalho; j) regulamentação do direito de greve; k) estímulo à concorrência do setor privado nos serviços de saúde, cuja gestão estava nas mãos dos sindicatos; l) obrigatoriedade de conciliação prévia, instituição de mediação e arbitragem pública e privada; m) redução substancial dos valores dos proventos da aposentadoria; n) corte dos salários dos servidores públicos; o) concessão de poder de polícia ao Ministério do Trabalho e Seguridad Social, para conter as manifestações populares.

Em relação, especificamente, aos empreendimentos de menor porte, a Lei das pequenas e médias empresas, no âmbito da reforma trabalhista, permitiu a flexibilização da jornada de trabalho, a polivalência funcional nos postos de trabalho²⁴, o parcelamento (em três vezes) do 13º salário, a concessão de férias em períodos diferentes dos fixados na lei de contrato de trabalho, sem a necessidade de concordância dos sindicatos. Houve, ainda, a eliminação de entraves burocráticos à negociação no âmbito das empresas, o que teve uma repercussão especial nesse segmento. Além disso, no governo De La Rúa, o chamado

²³ Entre 1991 e 1994, 37% das negociações coletivas argentinas se davam no âmbito da empresa; já em 1997, esse percentual passou para 80% (*El Clarín*). Os principais temas discutidos nos novos acordos coletivos passaram a ser o prolongamento da jornada sem o pagamento de horas extras e a definição de maior variabilidade salarial, de acordo com as metas definidas pela empresa (CESIT. *Problemas trabalhistas nas micro e pequenas empresas: diagnóstico e sugestões para implementação de medidas corretivas*. FECAMP/SEBRAE, 2003).

²⁴ É importante salientar que a polivalência do trabalhador, a flexibilização da jornada de trabalho e a extensão das horas extraordinárias geram problemas de saúde aos trabalhadores, acarretando um maior esgotamento físico e mental. No caso argentino, isso tem se agravado nos últimos anos, como aponta o estudo de Ramos, Guzmán, *Trabajo y Medio Ambiente Laboral: estudio de las Pymes en la ciudad de Tandil*. III Congresso Latino Americano de Sociología do Trabalho. Bs. Aires, Argentina. 2000.

“período de prova”, um contrato de experiência que fora estipulado, inicialmente, em três meses, passou a poder ser ampliado via contrato coletivo para seis e, no caso dos pequenos empregadores, para doze meses. Esse tipo de contrato propicia a elevação da rotatividade da força de trabalho, já que a despedida não gera qualquer indenização.

Assim, o que pode ser visto pelo teor das medidas é que avançaram no sentido de enfraquecer as instituições trabalhistas argentinas. A reforma enfraqueceu o contrato por prazo indeterminado e provocou a substituição de trabalhadores anteriormente estáveis por outros contratados sem estabilidade e/ou garantias de emprego²⁵. Ampliou as possibilidades de demissão, ao estabelecer custos menores à despedida. Isso, somado ao incentivo à descentralização da negociação sindical e à obrigatoriedade da conciliação prévia, enfraqueceu a organização sindical. Por outro lado, trouxe dificuldades ao sistema previdenciário, diante da redução das contribuições nas novas formas contratuais.

As mudanças nas relações de trabalho operadas na Argentina não alcançaram seus objetivos declarados, ou seja, a preconizada redução de assalariados sem contrato no mercado de trabalho. Apesar da maior facilidade de contratar trabalhadores por tempo determinado e também de demitir, bem como da redução de custos não-salariais, as empresas seguiram empregando trabalhadores sem contrato. Isso afetou de forma particular o segmento das MPE, que, pelas suas especificidades e dificuldades, recorrem em maior grau ao trabalho sem registro formal (em torno de 60% do emprego total). Por outro lado, o número de trabalhadores contratados por tempo determinado também aumentou de forma significativa. Vale dizer que, entre 1990 e 1996, a proporção de assalariados com empregos instáveis e sem proteção social, de forma legal ou não (ou seja, assalariados com contrato por tempo determinado ou sem contrato) aumentou muito, representando, em 1996, mais de 40% do emprego total na Argentina²⁶. Porém, o aumento dessas modalidades de trabalho precarizado revelou-se em maior grau naqueles postos gerados para trabalhadores sem contrato (2/3 dos postos gerados) - uma categoria com menor remuneração do que os trabalhadores contratados por tempo determinado ou permanente. Essa é uma marca argentina em relação aos demais países da América Latina.

²⁵ Em 1997, apenas 28% dos trabalhadores eram assalariados fixos registrados em empresa, com cobertura social. Dentre os demais, 23% estavam sem contrato, 10% com contratos temporários ou transitórios, 22% trabalhavam por conta própria ou eram empregadores e 17% estavam desempregados. Delgado, D.G. La modernización institucional de la política social en Argentina. In: *Modernización institucional de las políticas sociales en América Latina*. MOST-FLACSO. Santiago, Chile, 1997.

²⁶ TOKMAN, V.E. e MARTÍNEZ, D. *Flexibilización em el margen: la reforma del contrato de trabajo*. Lima: OIT, 1999.

Ao mesmo tempo, as reformas cumpriram um objetivo nem sempre explícito nas justificativas públicas: o de redução do custo do trabalho, não só como resultado de menores salários nominais, mas, em especial, através da intensificação do uso da mão-de-obra e dos conseqüentes aumentos de produtividade, em grande monta derivados do maior disciplinamento da força de trabalho diante das mudanças nas condições de funcionamento do mercado laboral²⁷.

Ao contrário do que se argumentava inicialmente, a insegurança e a precarização no mercado de trabalho argentino se aprofundaram a partir da introdução das medidas de flexibilização. Evidentemente, em relação ao segmento das MPME, as mudanças operadas nas relações de trabalho mostraram-se ineficazes para a constituição de um setor competitivo e moderno. Por outro lado, o dramático cenário de crise econômica, política e social, que vislumbrou-se após se potencializarem os efeitos do conjunto de reformas empreendidas pelos governos argentinos, trouxe reflexos perversos na qualidade de vida, na pobreza, no desemprego e subemprego, na informalidade e na desigualdade de renda. Não à toa - e sim pela desagregação e o colapso que provocaram na economia - as reformas operadas na Argentina passaram a ser apontadas como um exemplo a não ser seguido.

Políticas públicas voltadas às MPME

Voltando ao panorama das dificuldades à sobrevivência e à competitividade das MPME, é importante ressaltar que a abertura, a desregulação da economia Argentina e depois seu colapso ao final do governo do presidente De La Rúa, levaram à mortalidade de uma grande quantidade de micro e pequenos empreendimentos, um segmento de baixa produtividade que, em um breve lapso de tempo, viu-se competindo no mercado nacional, em condições desiguais, com produtos similares vindos do exterior a um baixo preço. Isso revela uma série de problemas externos e internos às empresas, que aumentam sua vulnerabilidade em um marco de economia aberta. Em especial, para além dos problemas macroeconômicos, problemas de financiamento, de gestão e de informação.

Com o objetivo de oferecer uma especial atenção a esse segmento importante na estrutura empresarial e na geração de postos de trabalho, na última década, procurou-se reformar na Argentina a institucionalidade pública que desenha e executa programas

²⁷ ESQUIVEL, Valeria. *Un Ciclo de Reformas a la Legislación Laboral en la Argentina*. Disponível em <http://www.alast.org/PDF/Marshall/MT-Esquivel1de4.PDF>

dirigidos às MPME. Detecta-se, na análise das políticas públicas para o segmento, uma tendência à substituição de subsídios implícitos por explícitos, à implementação de programas de assistência financeira específica, de programas de desenvolvimento e fortalecimento de determinados setores, com subsídios à demanda, bem como esforços no sentido de promover a colaboração na pesquisa tecnológica entre universidades, Estado e empresas.

Para operacionalizar esses mecanismos, foi criada, em 1997, a Secretaria da Pequena e Média Empresa (SEPYME), a fim de canalizar políticas de apoio às MPME, em especial no que se refere a instrumentos de tipo financeiro, de comércio exterior e de gestão. Já em 2000, foi promulgada a Lei de Micro, Pequenas e Média Empresas (Lei 25.300, que altera o “Estatuto PYME”, editado durante o governo Menem), com o objetivo de fortalecer a competitividade das MPME. Essa lei regula aspectos como o acesso ao financiamento (Fundo Nacional de Desenvolvimento para as MPME – FONAPYME, Fundo de Garantia às MPME – FOGAPYME, Sociedades de Garantia Recíproca – SGR, regime especial com bonificação de taxas de juros), integração regional e setorial (rede de agências, convênios), acesso à informação e serviços técnicos (via agências regionais e SEPYME), preferência nas licitações e concursos de compras públicas, crédito fiscal para capacitação, Conselho Federal das MPME (composto por ministros e secretários).

Porém, são apontados vários problemas no que se refere às políticas públicas voltadas às MPME argentinas²⁸. Em especial, aponta-se que os serviços oferecidos pelas instituições públicas são pouco utilizados devido ao excesso de empecilhos burocráticos e à falta de informação. Além disso, recorrentemente são salientados problemas de gestão das políticas, como falta de transparência e de avaliação dos impactos e baixa descentralização.

Aparece recorrentemente, ainda, uma crítica à institucionalidade financeira, incapaz de contar com estruturas adequadas ao atendimento das especificidades das MPME. Também há referências específicas à problemática do comércio exterior (com uma insignificante participação das MPME, inferior a 10% do total), cujos trâmites são excessivamente burocráticos e limitam a agilidade das operações, em especial aos microempreendimentos. Por outro lado, ressalta-se a escassa formatação de tentativas de

²⁸ A esse respeito, ver Angelelli, P. et all. op.cit. Ver também Angelelli, P. et all. *La colaboración público-privada en el apoyo a la pequeña empresa: siete estudios de caso en América Latina*. Informe de Trabajo BID, 2004.

estabelecer redes de cooperação entre as MPME, em grande parte atribuída à falta de planejamento estratégico em nível nacional.

É preciso lembrar que a elevada instabilidade institucional argentina dos últimos anos não deixou ilesos os mecanismos referentes às MPME, que, a exemplo das demais instituições públicas, padeceram por cortes orçamentários²⁹ e altos níveis de rotatividade do pessoal, dificultando a operacionalidade e a gestão das políticas para o segmento.

Considerações finais

Como é sabido, a América Latina enfrenta a mais de duas décadas, uma grave crise econômica, com efeitos sociais e políticos bastante negativos. As taxas de crescimento das economias nacionais são extremamente insatisfatórias frente às necessidades materiais da população, principalmente no que se refere à geração de empregos e ao aumento da renda.

Nesse contexto, é comum à experiência latino americana, principalmente nos anos 90, a expansão de micro e pequenos empreendimentos, como forma de buscar oportunidades de inserção nos circuitos de renda. Assim, uma primeira característica comum à experiência latino americana, vista nos dois casos examinados, é a expansão de pequenos negócios como alternativas de sobrevivência num quadro de baixo dinamismo econômico, e logo, do mercado de trabalho. Evidentemente, muito além das experiências nos países avançados, isso confere grande precariedade aos pequenos empreendimentos, que conformam assim, segmentos economicamente menos organizados, com acesso limitado às estruturas de financiamento, com incipiente capacidade de inovação tecnológica e baixas remunerações.

Num plano geral, assim se apresentam as duas experiências analisadas. Não obstante, importantes iniciativas governamentais em termos de acesso ao crédito, facilidades fiscais, desburocratização e de incentivo ao *empreendedorismo* são observadas em ambos os casos, assim como em outras experiências na região.

De alguma forma, nessas áreas estão concentrados os maiores esforços em termos de políticas para as MPME, tanto na Argentina, como no México, e ademais, pela fragilidade desses segmentos em economias atrasadas, nelas aparecem as maiores dificuldades para os pequenos negócios. Em outras palavras, exatamente pela enorme

²⁹ O Programa de Reestruturação Empresarial, por exemplo, mantém-se em funcionamento, mas sensivelmente reduzido e com condições diferentes do que foi originalmente estabelecido. O Regime de Fomento aos Bens de Capital - RBC, por sua vez, opera reduzindo ingressos fiscais sem aumentar o gasto, carecendo de recursos orçamentários.

fragilidade das MPME em estruturas econômicas atrasadas e mergulhadas em recorrentes crises, que essas áreas, principalmente a financeira, mais do que em países desenvolvidos, são os pontos centrais para as políticas de promoção dos pequenos negócios. Mesmo no caso Argentino, onde se processaram importantes reformas trabalhistas, não parece ser este o foco central do debate em torno das MPME. Foram reformas nos marcos gerais de regulação do mercado de trabalho, que como indicado, não trouxeram resultados satisfatórios, tendo em vista que o país atravessa talvez a mais severa crise econômica de sua história.

Sem dúvida, é enorme o peso das MPME no total das ocupações nos dois países. Contudo, não parece correto afirmar que os pequenos negócios estejam se constituindo em saída viável para essas economias. As recorrentes crises das economias latino americanas, fazem dos pequenos negócios, simultaneamente, alternativas à crise, e dela, as vítimas principais, tornando, muitas vezes, inócuas as políticas dirigidas as MPME.

ANEXOS

Anexo 1 - México

Composição por tamanho e setor - México
(participação %)

Tamanho	Setor			Total
	Indústria	Comércio	Serviços*	2.844.308
Micro	94.4	94.9	97.4	95.7
Pequenas	3.7	4.0	1.6	3.1
Médias	1.7	0.9	0.5	0.9
Grandes	0.4	0.2	0.4	0.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

* Serviços Privados não Financeiros
Fonte: Censo Econômico (1999)

Porcentagem de trabalhadores fixos, a tempo parcial, por horas, subcontratados e por honorários em estabelecimentos manufatureiros no México - 1991 e 1999

Contrato	Ano	Total	Grandes	Médios	Pequenos	Micros
De Planta (fixo)	1991	85,6	86,5	86,2	89,1	77,1
	1999	88,2	87,1	86,2	90,0	89,7
Tempo Parcial	1991	0,5	0,2	0,3	0,8	1,3
	1999	0,67	0,2	0,4	1,0	1,2
Por horas	1991	0,1	0,03	0,06	0,4	0,07
	1999	0,36	0,1	0,1	0,8	0,6
Subcontratados	1991	1,9	1,8	1,6	1,7	2,7
	1999	1,0	2,1	0,9	1,0	0,2
Honorários	1999	0,75	0,2	0,3	1,0	1,8

Fonte : INEGI, ENESTYC (apud TOLEDO, 2003).

Principais medidas adotadas em relação às MPE mexicanas*	
<i>Simplificação e desburocratização</i>	<p>Linhas de ação: Melhorar as condições administrativas, econômicas e financeiras para facilitar o investimento, no sentido de: a) flexibilidade fiscal; b) sustentação legal aos empreendimentos que interessem aos estrangeiros e investidores domésticos; c) integração na regulação, reduzindo a burocracia nas formalidades administrativas, econômicas e financeiras; d) melhoria nas comunicações e infra-estruturas de energia; e) reforma da estrutura do mercado; f) desenvolvimento de uma nova cultura empresarial; e g) mudança organizacional, incorporando a responsabilidade social e ambiental.</p> <p>Instrumentos: Coordenação entre as partes envolvidas, através do Conselho Nacional das MPE, com participação de associações industriais que avaliam os programas. Fortalecimento da organização empresarial. Reconhecimento do papel dos governos locais no desenvolvimento e na articulação da participação dos atores sociais e econômicos. Fortalecimento dos provedores de apoio, como consultores, institutos de educação e tecnologia, financiadores, etc.</p>
<i>Acesso a financiamento</i>	<p>Linhas de ação: Dar acesso às MPE, através do Ministério de Economia, em coordenação com os governos locais, bancos de desenvolvimento e comerciais, a melhores condições de financiamento. Prover fundos de garantia. Estabelecer intermediários não-bancários.</p> <p>Instrumentos: Criação do Sistema de Garantia Nacional, em colaboração entre instituições financeiras e governos locais. Acordos com instituições financeiras internacionais para financiar as MPE.</p>
<i>Capacitação e promoção da competitividade</i>	<p>Linhas de ação: Formação de empresários, gerentes e trabalhadores. Consultoria e auxílio técnico, em especial aos novos empreendimentos. Melhoria dos sistemas de informação sobre procedimentos administrativos, programas de apoio do governo, ferramentas empresariais, tecnologia, inovação, acesso a mercados e internacionalização.</p> <p>Instrumentos: Programas como COMPITE e CRECE, apoiados pela promoção de fundos como o FAMPYME, que promove a capacitação e especialização, fornecendo consultoria, elaborando programas e sistemas de aprendizagem, formação e consultoria. Programas de certificação de qualidade, com consultoria técnica. Programas de incubação de empreendimentos, apoiados pelo setor público, governos locais, instituições de educação privadas e organizações empresariais. Fortalecimento do sistema de informação Contato PME, incluindo promoção de exportações, informações estatísticas e administrativas. Centros empresariais de ligação, com apoio técnico que facilite o acesso à informação e inovação.</p>
<i>Tecnologia e inovação</i>	<p>Linhas de ação: Avanço das tecnologias e aumento da produtividade nas PME. Unir as PME com os principais centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Promover apoio e assessoria técnica às PME.</p> <p>Instrumentos: Programa de Transferência de Tecnologia e Serviços Tecnológicos às PME; organização de fóruns nacionais de tecnologia; exposições de inovações tecnológicas desenvolvidas por PME; consultoria gratuita com provedores de solução em tecnologia e serviços oferecidos por instituições de pesquisa, universidades e agências governamentais; programas SISTEC, com banco de dados sobre tecnologia, COMPITE, com serviços de consultoria para remodelamento das empresas, e Programa de Aconselhamento Técnico Especializado. Fundo para Ciência e Tecnologia (Ministério de Economia), com ajuda técnica e financiamento para projetos de tecnologia.</p>

Principais medidas adotadas em relação às MPE mexicanas*	
<i>Integração econômica regional e setorial</i>	<p>Linhas de ação: Fortalecer a integração na produção e o desenvolvimento regional, atraindo investimentos industriais em diferentes regiões e setores. Esquemas de cooperação e complementariedade industrial, com alianças estratégicas entre governo, bancos e outras instituições. Planejamento nos empreendimentos comerciais e industriais por parte de empresários, governos locais e outros agentes/ serviços de apoio. Integração produtiva, estabelecendo cadeias de negócios e promovendo contatos entre provedores de PME, grandes negócios e bancos comerciais e de desenvolvimento.</p> <p>Instrumentos: Fundo para a Promoção de Cadeias de Produção (FIDECAP), que promove a integração das MPE às cadeias produtivas, apoiando a aquisição de maquinaria, equipamentos, instalações, melhorando a infraestrutura, elaborando estudos de viabilidade de projetos e mercados. Promove ainda centros de atenção empresarial (incluindo incubadoras) e bancos de dados e sistemas de informação sobre os diferentes mercados. Programa de Desenvolvimento e Planejamento de Provedores; Programa “Marcha el de Hacia Sur”, estabelecendo projetos de investimento de alto impacto em regiões específicas e dando suporte à renovação de equipamentos de acordo com o número de postos de trabalho gerado.</p>
<i>Promoção das exportações</i>	<p>Linhas de ação: Prover ajuda técnica, treinamento e consultoria especializada às PME, para fortalecer sua capacidade produtiva no setor exportador. Dar oportunidades de aumentar o acesso a fundos de garantia complementares, facilitando o financiamento. Incrementar produtividade, competitividade, adesão aos padrões internacionais. Promover informação sobre comércio internacional e canais de distribuição. Reduzir barreiras administrativas às atividades de exportação.</p> <p>Instrumentos: PYMEXPORT, central estatal para promover as exportações, com serviços unificados e procedimentos de apoio às PME. Programas de Promoção e Consolidação da Exportação de Bens, em parceria entre o Ministério da Economia, o BANCO MEXT (Banco Nacional de Comércio Estrangeiro) e governos estaduais. Postos de Orientação para os Exportadores e Centros para o Desenvolvimento de Exportação. Programa de Eventos Internacionais, que subsidia a participação das PME em feiras, exposições, missões de exportação, etc., mediante treinamento prévio. Apoio, pelo Ministério da Economia, ao desenvolvimento de infra-estrutura de distribuição e comercialização em áreas de alto consumo potencial. Programa COMPEX (Comissão Comum para a Promoção de Exportações), envolvendo parceiros públicos (níveis regionais e nacional) e privados (organizações de empreendedores e câmaras), que avaliam e propõem medidas em relação à políticas de exportação de bens e serviços, especialmente no sentido da desburocratização e simplificação técnica.</p>

Fonte: OCDE. Elaboração: CESIT/Unicamp.

(*) À exceção de medidas mais gerais, macroeconômicas ou de regulação do mercado de trabalho, com impacto sobre as MPE (abordadas na parte inicial da análise).

Anexo 2 – Argentina

Principais medidas adotadas em relação às MPME argentinas*	
<i>Programa de Reestruturação Empresarial (PRE)</i>	<p>Objetivos e linhas de ação: Dirigido às empresas entre 6 e 200 empregados, com o objetivo de apoiar a reconversão das empresas diante das fortes mudanças no modelo econômico e no nível de concorrência na década de 90.</p> <p>Instrumentos: O central é um esquema de aportes não reembolsáveis para o cofinanciamento de compra de serviços de desenvolvimento empresarial. Trata-se de um subsídio parcial à compra de serviços, que requer a apresentação de um projeto (associativo ou individual). Subsídios até 50% de projetos de assistência técnica que incluam serviços como: Estudos de Mercado Externo e Interno, Desenvolvimento de Novos Produtos e Serviços, Engenharia de Infraestrutura Produtiva, Planos Comerciais, Certificação de Normas de Qualidade, etc., orientados a fortalecer a competitividade em áreas como: exportação, substituição de importações e integração de cadeias produtivas. O Programa tem um Diretório de Consultores (DIRCON), no qual se registram os profissionais que participam como provedores de serviços técnicos. Presta informação e consulta às MPME que queiram desenvolver projetos de reconversão.</p>
<i>Regime de Fomento aos Fabricantes Locais de Bens de Capital (RBC)</i>	<p>Objetivos e linhas de ação: Dirigido aos fabricantes de bens de capital, com o objetivo de promover a compra de bens de capital de origem local, para compensar a política de redução das barreiras à importação.</p> <p>Instrumentos: Incentivo através de bônus de desconto de impostos nacionais, subsídios ao custo financeiro dos créditos para compra de bens de capital (taxas fixas anuais de 6 a 12% a.a., com prazos de até 60 meses).</p>
<i>Programas de Atenção e Proteção às MPME</i>	<p>Objetivos e linhas de ação: Implementar apoio técnico e administrativo para simplificar e desenvolver a atuação das MPME. Objetiva obter uma rápida e eficiente resposta às consultas, difundindo e disponibilizando os diferentes programas da SEPyme. Além disso, procura prestar assessoria técnica às MPME e protegê-las de comportamentos empresariais desleais.</p> <p>Instrumentos: <i>Atenção:</i> a) legal - canaliza consultas legislativas sobre as MPME, promovendo o cumprimento da legislação vigente e colaborando para agilizar a tramitação de expedientes administrativos; b) financeira: assessora as MPE no que se refere ao acesso à linhas de crédito, em função de suas necessidades concretas; c) comércio internacional: fornece informações técnicas sobre gestões operativas de comércio exterior (importação e exportação); d) projetos: avalia a sustentabilidade comercial, técnica e financeira dos projetos. <i>Proteção:</i> programa específico que cria um entorno de proteção às PME, incluindo um <i>ombudsman</i> que advogue para as empresas solicitantes.</p>
<i>Rede de Agências de Desenvolvimento Produtivo</i>	<p>Objetivos e linhas de ação: Descentralização, integração e desenvolvimento regional e setorial. Estabelecer a colaboração e cooperação institucional no entorno das MPME, associando público e privado, estimulando o cofinanciamento entre as diferentes esferas.</p> <p>Instrumentos: Difusão dos instrumentos públicos e da oferta de serviços dirigidos às MPME, de acordo com as necessidades territoriais específicas. As agências (fundações ou associações privadas, dirigidas por empresários em MPE regionais e assessoradas por entidades públicas e privadas) identificam setores econômicos estratégicos nas diferentes regiões, identificando necessárias reconversões setoriais e fornecendo ou canalizando assistência financeira e técnica (para modernização, qualificação, comercialização, melhora das vendas, programas de provedores para as grandes empresas, <i>pools</i> de compras, etc.), no sentido de estabelecer redes de colaboração.</p>

Principais medidas adotadas em relação às MPME argentinas*	
<i>Capacitação empresarial</i>	Objetivos e linhas de ação: Capacitar o empresário em MPME e seu entorno, para melhorar a produtividade e competitividade do segmento. Instrumentos: Na SEPYME, há um Programa Federal de Capacitação e Assistência Técnica, que atua para melhorar a formalização, reconversão, crescimento e associatividade nas MPME, bem como impulsionar novos empreendimentos. A partir de demandas recebidas, são desenhados programas de capacitação junto com os demandantes. Além disso, o Programa é apresentado aos empresários em MPME, identificando as necessidades de cada região e definindo prioridades.
<i>Acesso a financiamento</i>	Objetivos e linhas de ação: melhorar as condições de financiamento e de funcionamento das MPE, estimulando setores estratégicos. Instrumentos: Consolidação do sistema de garantias recíprocas (SGR), orientado para facilitar o acesso das MPME ao crédito, outorgando-lhes garantias comerciais e financeiras. Crédito para fomento de setores específicos (como indústria naval, florestal, turismo). Criação de um fundo destinado a desenvolver o desenvolvimento tecnológico e a aplicação, nas MPME, dos avanços em P&D. Programa de bonificação de taxas de juros, que diminui os custos financeiros para o crédito às MPME. Dispensa, aos projetos de MPME, do cumprimento de algumas das exigências normatizadas pelo Banco de Crédito Nacional (BCRA). Programa de redução de custos elétricos para as MPME.
<i>Incentivos fiscais e simplificação tributária</i>	Objetivos e linhas de ação: melhorar a competitividade, o crescimento e a produtividade e simplificar os procedimentos tributários às MPME. Instrumentos: Programa de crédito fiscal, que dá benefícios fiscais e orienta recursos para o financiamento específico de atividades de capacitação e assistência técnica. Lei do Monotributo, que simplifica a tributação e reduz custos. Trata-se de um regime facultativo, destinado a pessoas físicas, titulares de empresa individual, sócias de algumas sociedades (excluídas sociedades anônimas e de responsabilidade limitada). Combina parâmetros físicos e financeiros para sondar a capacidade contributiva (receita bruta, preço unitário, energia elétrica e área utilizada, estes dois últimos não aplicáveis a todas as atividades)

Fonte: SEPYME e Rodrigues, J.J. *Tratamento tributário para as microempresas: a experiência argentina e brasileira*. V Foro Interamericano de la Microempresa, Rio de Janeiro, 2002.

Elaboração: CESIT/UNICAMP

(*) À exceção de medidas mais gerais de regulação do mercado de trabalho, com impacto sobre as MPME (já abordadas na parte inicial dessa análise).

EQUIPE TÉCNICA

Anselmo Luis dos Santos (Coordenador)

Amilton José Moretto

Ana Carla Magni

Cássio Calvete

Denis Maracci Gimenez

Hildeberto Bezerra Nobre Junior

José Dari Krein

Magda Barros Biavaschi

Mariana Mei de Souza

Viviane de Jesus Forte

Estagiários

Bruno Donato Magalhães

Nádia Aidar de Lima e Castro Bernardo